

Instituições para a acção colectiva numa perspectiva histórica: mutualismo nos subúrbios industriais lisboetas (1890-1930)

Joana Dias Pereira*

Resumo

Este trabalho analisa a evolução da primeira tipologia de **instituições para a acção colectiva** (OSTROM, 1990) a proliferar em Portugal durante o período liberal – As Associações de Socorros Mútuos – que foram também as que alcançaram o maior número de sócios e determinaram os mais significativos impactos no processo histórico. Ilustra com detalhe o paternalismo e o interclassismo primordiais, tendo como base o caso de estudo dos subúrbios industriais lisboetas, de que forma tais associações emergem de ancestrais laços de ofício e evoluem no sentido de superar o corporativismo, o paternalismo e o interclassismo. Destaca o alargamento das suas bases sociais e os factores de inclusão e exclusão, como o enraizamento local e a escassa integração das mulheres, respectivamente. Sublinha finalmente a importância desse movimento na reorganização e formalização de antigas práticas de entreajuda e no desenvolvimento de mais abrangentes solidariedades horizontais entre as comunidades operárias, o que desempenhou um papel fundamental na emergência do movimento operário organizado.

Palavras-chave: Mutualismo; Legado Corporativo; Comunidades Operárias; Bases Sociais; Movimento Operário.

Introdução

Nas décadas que se seguem à extinção legal das corporações (1791 em França e 1834 em Portugal) observa-se, em diferentes contextos nacionais, uma generalizada resistência à dissolução dos laços de ofício. A tradição corporativa pervive nas práticas dos trabalhadores manuais qualificados, manifestando-se na estruturação inicial do associativismo voluntário, mas ainda antes em práticas informais, como a repartição do trabalho em períodos de crise (RALLE, 1990). Paralelamente, a solidariedade que atravessava os bairros operários complexifica-se, dando lugar a iniciativas cada vez mais organizadas como campanhas de fundos diversas tendentes a socorrer viúvas, operários impedidos de trabalhar, incluindo grevistas, entre outros membros da

* Doutora em História Social Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Professora da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

comunidade em situação precária. Essas campanhas, muitas vezes, incluíam iniciativas culturais e recreativas, organizadas em benefício das vítimas (LEQUIN, 1977).

A partir dos anos setenta do século XIX, verifica-se a tendência para a reorganização institucional das ex-corporações sob a forma de sociedades de socorros mútuos, uma prática que já existia no seio da estrutura organizativa do Antigo Regime. Na última década de oitocentos, essa fórmula é progressivamente complementada por associações dedicadas à defesa dos interesses laborais dos trabalhadores (ROBOTTI, 1990). Este processo repete-se em diversos contextos nacionais (URÍA, 1998; AGULHON; BODIGUEL, 1984).

Frequentemente estudadas como associações típicas do início do século XIX, as sociedades de socorros mútuos e as cooperativas têm sido secundarizadas face aos sindicatos. Nos estudos historiográficos, essas associações são frequentemente classificadas como apolíticas e as suas bases sociais caracterizadas pela hegemonia de artesãos, trabalhadores qualificados e segmentos da pequena burguesia. Todavia, no início do século XX, em diversos contextos nacionais, os movimentos mutualista e cooperativista apresentavam taxas de participação consideravelmente superiores aos do sindicalismo. Foram também esses movimentos os primeiros a transcender a escala local e a organizarem-se em nível nacional e internacional (TURNER, 1999).

Este estudo, utilizando o conceito vulgarizado pela prémio Nobel, Elionor Ostrom, e actualmente utilizado na historiografia para relevar o papel da acção colectiva institucionalmente organizada no processo histórico (DE MOOR, 2013), analisa a evolução da primeira tipologia de associação voluntária a proliferar em Portugal durante o período liberal e também aquela que maior base social alcançou – As Associações de Socorros Mútuos.

Optou-se por uma observação ampliada, que permite surpreender práticas e idiossincrasias invisíveis nos inquéritos nacionais, mas enquadrar a análise no estado actual dos conhecimentos sobre a temática. A apresentação dos dados empíricos, recolhidos nos processos oficiais¹ e nos fundos próprios de algumas associações ainda existentes na Península de Setúbal², será antecedida de uma breve resenha da literatura Sul Europeia que procura demonstrar como a cooperação e a mutualidade foram a resposta comum dos trabalhadores aos impactos das revoluções liberais e à expansão do

¹ Conservados na Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas (BAHOP).

² A Península de Setúbal é o recorte da cintura industrial portuguesa onde se territorializou a designada Segunda Revolução Industrial a partir do segundo quartel do século XIX.

capitalismo.

Na análise dos dados fornecidos pelo caso de estudo dos subúrbios industriais lisboetas destacar-se-á, em primeiro lugar, o legado corporativo reflectido nos estatutos das primeiras associações fundadas nesse contexto. Relevar-se-á, seguidamente, a progressiva superação do paternalismo e do interclassismo nas sociedades profissionais e o alargamento das bases sociais das associações territorialmente organizadas. Finalmente, considerar-se-ão as questões de género que marcam esse processo. Em jeito de conclusão, sublinhar-se-ão os principais factores de resistência e transformação que marcaram a evolução dessa tipologia de instituição para a acção colectiva no período liberal.

A emergência do movimento mutualista na Europa Meridional: Novas instituições para solidariedades ancestrais

Diego Robotti interpreta a opção primordial dos trabalhadores se reorganizarem para a protecção e previdência mútua como uma estratégia para lidar com a precariedade dos vínculos laborais, sem colocar em causa o liberalismo triunfante. Esta opção sustenta-se no facto de a mutualidade ser um modelo forte, testado e imitável, baseado em laços ancestrais. A tardia formação de associações de classe ou sindicatos encontra a sua justificação na lenta transformação do mundo do trabalho. Se o antigo sistema corporativo estava extinto, não existia ainda um regime novo e estável. O trabalho oficial dividido entre mestre, trabalhador e aprendiz estava em decadência, mas o sistema fabril, caracterizado pela polarização entre industrial e assalariados, não estava ainda consolidado e generalizado (ROBOTTI, 1990).

No contexto português, as primeiras experiências nesse domínio foram levadas a cabo por trabalhadores manuais, constituindo reminiscências do regime extinto em 1834 (OLIVEIRA, 1973). Em Portugal, desde a medievalidade que a mutualidade tinha sido largamente implementada entre os trabalhadores, nomeadamente através das confrarias, um modelo associativo que em meados do século XVIII agregava milhares de indivíduos por todo o país. A entrada nessas organizações, para além da motivação religiosa, era uma forma de assegurar o auxílio dos outros membros em caso de pobreza, fome, epidemia, doença ou cativoiro, e também de garantir um funeral cristão. As confrarias formalizavam a solidariedade de uma espécie de “família alargada” que envolvia diferentes estratos sociais (PENTEADO, 1995).

Por outro lado, as sociedades de socorros mútuos conheceram grande desenvolvimento nesse período graças à iniciativa e apoio da própria burguesia liberal, que lhes procura imprimir um carácter moderado. O mutualismo assumia uma particular importância para a nova classe dirigente como forma de penetrar o terreno da política social na ausência de intervenção directa do Estado e como afirmação do princípio laico na regulação da assistência e previdência, até à data monopólio da Igreja (TOMASSINI, 1999). A iniciativa de fundar essas associações partiu muitas vezes dos notáveis locais – magistrados, patrões, médicos, que se tornaram membros honorários e dirigentes, financiando os socorros, pelo menos, tanto como as quotizações operárias (LEQUIN, 1983).

Numa primeira fase, as associações foram fundadas e dominadas pela burguesia artesanal – os mestres e lojistas ameaçados pela concorrência capitalista que se esforçava por libertar o ofício da tradição corporativa e introduzir novas formas de produção e comercialização. Estas associações correspondem à tentativa de substituir a comunidade moral corporativa por uma unidade entre operários e patrões com base no paternalismo. No entanto, o desenvolvimento do liberalismo económico e a transformação capitalista das relações de produção acentuaram progressivamente as clivagens entre empregadores e assalariados mesmo no meio artesanal, levando os trabalhadores a fundar associações autónomas (BRÁS, 1996).

As transformações induzidas pelo desenvolvimento industrial – entrada de novos contingentes no mundo do trabalho industrial, maior competição no mercado de trabalho, desqualificação e penetração do capital mercantil – contribuíram para o enfraquecimento das estratégias baseadas nos antigos laços de ofício. Este foi, contudo, um processo lento, permitindo a adaptação através da cooperação entre vários ofícios e a reorganização sob mais alargadas bases (BREUILLY, 1994). Na evolução dessas ancestrais associações, é perceptível a progressiva afirmação de uma identidade exclusivamente trabalhadora, que entra em conflito com a inicial estrutura inter-classista que integrava sócios efectivos e honorários. A evolução do peso relativo dos contributos dos sócios honorários e ordinários durante a segunda metade do século XIX aponta para uma decrescente importância dos primeiros na sobrevivência das sociedades (TOMASSINI, 1999). Progressivamente, os trabalhadores das cidades começam a eliminar os patrões e notáveis locais das suas associações (LEQUIN, 1983).

Esta evolução é igualmente indissociável da introdução da fábrica e da transformação dos mercados de trabalho locais (BONACCHI; PESCAROLO, 1980), no

sentido em que progressivamente As Associações de Socorros Mútuos começam a integrar o proletariado fabril. No seu estudo monográfico sobre Toulouse, Ronald Aminzade defende que, progressivamente, as solidariedades urbanas vão-se transformando, assistindo-se à substituição das rivalidades profissionais e dos laços verticais entre trabalhadores e patronato por solidariedades horizontais e antagonismos de classe. O autor, debruçando-se sobre a evolução das formas de associação das camadas populares, procura ilustrar o desenvolvimento de novas cooperações que ultrapassavam as rígidas lealdades profissionais que caracterizavam as antigas corporações e *compagnonnages*. Destaca as sociedades de socorros mútuos, que muito embora oferecessem os mesmos serviços – apoio na doença, invalidez e financiamento do funeral –, não eram já compostas apenas por trabalhadores do mesmo ofício, incluindo já trabalhadores indiferenciados (AMINZADE, 1979).

As Associações de Socorros Mútuos, muito embora herdem funções, rituais e laços seculares, distinguem-se consideravelmente das antigas estruturas corporativas. O ingresso voluntário, a gestão democrática, o esbatimento das hierarquias aproximava-as progressivamente dos modernos sindicatos (ROTBERG, 2001). De facto, os estudos sistemáticos incidindo sobre os estatutos dessas associações mostram como os seus fundadores aspiravam a sociedades diversamente governadas e caracterizadas por uma mais ampla participação (MARUCCO, 1990).

No entanto, o mundo do trabalho de oitocentos caracterizava-se pela heterogeneidade de interesses, nomeadamente entre os antigos artesãos, as novas categorias de trabalhadores de ofício e o emergente proletariado indiferenciado. As sociedades de socorros mútuos, divididas entre a base territorial, os antigos mestres e as novas categorias profissionais, expressam essas contradições. A sua evolução no sentido de enquadrar grupos cada vez mais alargados reflecte, todavia, uma das estratégias encontradas pelos trabalhadores para lidar com as transformações tecnológicas e produtivas que marcam este período.

Em Lisboa, na alvorada do século XX, entre uma população de 356.009 habitantes contavam-se 102.052 sócios de associações de socorros mútuos, dos quais 67.636 eram do género masculino e 32.067 do feminino. Essa proporção era distinta consoante a composição social dos diferentes bairros da capital (SARAIVA, 2011). Também no Porto são os artesãos a lançar as bases do movimento mutualista, formalizando solidariedades de ofício seculares que mitigavam as carências determinadas pelos períodos desemprego, doença ou inabilidade. No entanto, como

Pacheco Pereira argumenta, são as associações que superam o corporativismo e se abrem a todas as classes que agregam o maior número de sócios.

Segundo o autor, a distinção entre associações exclusivas de uma profissão e as mistas reflecte duas realidades: “num dos casos trata-se de associações ligadas aos ofícios artesanais da pequena indústria local, no outro, de associações ligadas ao surto da média e grande indústria de dimensão nacional e citadina, organizando o nascente operariado industrial”. Estas últimas destacavam-se como associações de massas, como a Associação Fraternal Beneficência de Todas as Classes, com 1.100 sócios, enquanto as primeiras caracterizavam-se pela sua pequena dimensão, não ultrapassando em muito a centena de membros (PEREIRA, 1981).

Essa evolução demonstra que a divisão das classes trabalhadoras é progressivamente superada perante as novas necessidades impostas pelo mercado de trabalho. O associativismo voluntário, em regime de “porta aberta”, beneficiava da associação do maior número de pessoas possível, rompendo com as práticas restritivas que caracterizavam as antigas corporações de mesteres. Muito embora as associações mantenham a sua estrutura baseada nos ofícios, são visíveis as transformações profundas na sua organização e funções decorrentes não só da revolução liberal, mas também da difusão do regime de assalariamento. A mais evidente é, sem dúvida, a evolução do estreito corporativismo de ofício ao sentimento de categoria – expresso nas federações de âmbito nacional – e finalmente a solidariedade entre todos os que vivem do próprio trabalho (ROBOTTI, 1990).

As sociedades de socorros mútuos, primeiras estruturas organizativas arquitectadas após a extinção das corporações, tinham na sua maioria uma base territorial. A coesão social do bairro operário poderá estar na base explicativa da proliferação de associações de carácter local que germinaram, neste período, entre os trabalhadores. O papel estruturante da comunidade local, segundo Tomassini:

Emerge particularmente nos países em que a indústria moderna é um fenómeno relativamente tardio, mas onde uma rede capilar de assentamentos urbanos de antiga formação, com uma estratificação social extremamente diversificada e articulada, tornava disponível uma ampla base popular, artesã, em qualquer caso de trabalhadores não propriamente operários, para este tipo de associativismo. (TOMASSINI, 1999, p. 17).

Era, aliás, comum que as associações tivessem como condição de admissão a pertença à comunidade local. Destaque-se o caso dos *Portefaix* de Toulon. Para integrar

a associação era necessário que um membro da comunidade garantisse oficialmente a moralidade do requerente, baseando-se num relacionamento de parentesco ou, pelo menos, de um conhecimento quotidiano do candidato (MAILLARI, 1990).

Por outro lado, o mutualismo desempenhou uma fundamental função de coesão social no seio das novas comunidades operárias. A pequena dimensão das associações meridionais, a sua articulação territorial e a leveza do seu aparelho burocrático favoreciam uma intensa sociabilidade e uma enorme diversificação de actividades, incluindo a instrução e o recreio. Contribuiu, ainda, para a criação de mecanismos de identidade e pertença, transmitindo e validando modelos comportamentais, valores e uma cultura do trabalho e da cidadania claramente expressos nos seus estatutos (TOMASSINI, 1999).

Os estudos monográficos tendem a lançar luz sobre os factores de integração que, entre as comunidades e o ofício, perpassam as classes trabalhadoras e se reflectem nas suas associações. Estas análises ampliadas, porém, denunciam igualmente factores de exclusão. Entre estes, o que mais se destaca é o referente ao género (URÍA, 1998). O papel das mulheres, empiricamente verificado no que respeita aos laços informais desenvolvidos nas comunidades de residência, não se reflecte no associativismo formal, em que estas participam muito limitadamente e praticamente sem acesso aos órgãos directivos.

De facto, é de se sublinhar que a generalidade dos estatutos das associações oitocentistas não condiciona a admissão de sócios com base no género, e que as associações de base territorial e mista, ou seja, abertas a todos os estratos das classes trabalhadoras, representam a esmagadora maioria das estruturas mutualistas e cooperativas. No entanto, a base social do associativismo de socorro mútuo era quase totalmente masculina, composta por trabalhadores da indústria, comércio e serviços, com alguma presença de empregados e com uma escassíssima participação de trabalhadores agrícolas.

O proletariado fabril das grandes cidades tinha, neste período, um acesso muito restrito às estruturas associativas. Contudo, não obstante a escassez de estudos empíricos consistentes, os testemunhos orais apontam para a presença de redes de solidariedade informal nos bairros mais pobres, desempenhando a mesma função das sociedades de socorro mútuo entre os estratos mais desfavorecidos das classes trabalhadoras. Existem indícios da dinamização, normalmente com o apoio dos

elementos mais organizados, de diversas iniciativas de solidariedade material para com elementos destas camadas – subscrições, espectáculos de beneficência, entre outras (TOMASSINI, 1999).

Mutualismo nos subúrbios industriais em formação: o caso de estudo da Península de Setúbal

A reorganização dos laços de ofício e o legado corporativo

O mutualismo foi a primeira forma de organização destinada a mitigar a insegurança imposta pelo trabalho assalariado, procurando reorganizar formas ancestrais de ajuda mútua enraizadas quer no mundo artesanal quer nas comunidades piscatórias. Estas assumiam, após a extinção das corporações, um carácter informal, apenas surpreendível numa análise ampliada. Foi na imprensa local e regional oitocentista que pudemos verificar a importância destas práticas ancestrais.

A assistência mútua assumiu diferentes formas, entre as quais se destacavam os espectáculos dramáticos ou musicais, jogos desportivos ou subscrições em favor de operários impedidos de trabalhar, viúvas ou órfãos. As notícias desses “benefícios” que abundam na imprensa local explicam que o produto reverterá em favor de um membro da comunidade carenciado, como por exemplo “[...] um velho trabalhador [...] impossibilitado de angariar, pelo trabalho, os meios de subsistência” (BENEFÍCIO, 1905, p. 2).

As associações de base territorial também nasceram de solidariedades informais que se concretizavam em subscrições ocasionais e que assentavam em redes organizadas nos espaços residenciais. A **Associação de Socorros Mútuos Instrutiva de Beneficência Familiar** foi fundada em 1923 no bairro mais pobre de Setúbal (Bairro da Cata), pelo proprietário de uma taberna local, onde normalmente se organizavam os peditórios para fazer os funerais dos mais pobres residentes do bairro – pescadores e trabalhadores das fábricas de peixe (ROSENDO, 1996).

Essa ajuda mútua informal era também praticada nas fábricas.

João Fusco, soldador, achando-se quase cego de todo há dois anos, e doente há quatro, tendo sempre sido socorrido pelos seus companheiros de classe [...] vem agradecer o socorro pecuniário de todas as semanas. Neste agradecimento junto o de minha mulher e de meus três filhos. Pelas pobres crianças é mais intensa e funda a minha gratidão para com tão bons companheiros. (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1897, p. 1).³

³ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Agradecimento à Classe dos Soldadores. O Distrito, 24/10/1897, p.1.

É de referir que, posteriormente, essas associações formais continuaram a sustentar práticas de entreajuda ocasionais, semelhantes às informalmente organizadas (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1910, p. 102).⁴

As subscrições a favor de companheiros de trabalho eram muito relevantes entre as comunidades piscatórias, como a que noticia **O Trabalho**, a 10 de Julho de 1904, em favor de um marítimo que ficou sem um braço, que rendeu noventa mil reis. Em situações mais graves eram organizados bandos precatórios em favor das famílias de vítimas de naufrágios, como o ocorrido em Abril de 1913, organizado pela Associação de Classe dos Marítimos, com a ajuda das restantes, e os benefícios que tiveram lugar no Casino Setubalense e na Casa de Recreio do Povo, e que renderam 108\$815 (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1913).⁵ Esse tipo de iniciativa estendia-se a marítimos de outras localidades demonstrando a importância e extensão dos laços de ofício. **O Trabalho**, de 10 de Dezembro de 1911, relata a criação de uma comissão de marítimos em Setúbal com o especial objectivo de promover uma subscrição a favor das famílias dos seus camaradas de Sines mortos num temporal.

As Associações de Socorros Mútuos, fundadas no início da segunda metade do século XIX, reflectem o carácter corporativo, interclassista e até religioso herdado das organizações sociais do Antigo Regime, como demonstram as suas práticas, códigos comportamentais e condições de admissão. Podiam ser sócios da **Associação dos Artistas Almadenses**, fundada em 1856, todos os oficiais das diversas artes e ofícios, moradores no concelho, os escritores públicos que tivessem pelo menos seis anos de residência no concelho, os aprendizes de todas as artes e ofícios com dois anos completos de ofício e todos os empregados da associação. Entre as condições de admissão destacava-se o bom comportamento civil e religioso (BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS, 1856).⁶

Analisando os estatutos das primeiras associações fundadas na região é possível identificar significantes vestígios do legado corporativo, mas também a tentativa de organizar a resistência artesã à progressiva perda de controlo sob o processo produtivo e

⁴ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Resposta da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Boletim do Trabalho Industrial, n. 49, 1910, p.102.

⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Editorial: Bando Precatório. O Trabalho, Setúbal, 20/04/1913, p. 3.

⁶ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo da Associação dos Artistas Almadense, 1856. Passaremos a utilizar a sigla BAHOP para designar a Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

o mercado de trabalho. A **Associação dos Artistas Almadenses** tinha por fim “proteger as indústrias domiciliadas em Almada da seguinte forma: 1º Estabelecendo um cofre de socorros para os Associados; 2º Estabelecer uma escola nocturna de gramática e língua portuguesa, e aritmética prática; 3º Criar um curso nocturno de desenho aplicado às artes; 4º Procurar trabalho para os seus associados”. É possível compreender que os seus propósitos iam para além dos socorros mútuos, constituindo a sua fundação uma estratégia para perpetuar o papel das associações de trabalhadores artesanais na formação profissional e na gestão do mercado de trabalho.

As mesmas características identificam-se na **Associação de Classe dos Tanoeiros de Almada**, fundada em 1876. À semelhança do que sucedia no Antigo Regime, o ofício sobrepunha-se à condição de assalariado, podendo ingressar na associação os donos de estabelecimentos de tanoaria, desde que fossem tanoeiros. Era ainda o universo da oficina artesanal que se plasmava na composição social destas agremiações. Os sócios dividiam-se em mestres ou encarregados de dirigir as respectivas oficinas, oficiais de tanoeiros e aprendizes de tanoaria que tivessem completos dois anos de aprendizagem (BAHOP, 1876-1877).⁷

No entanto, o associativismo operário não teve apenas a oficina como cadinho. Em alguns contextos dos subúrbios industriais lisboetas, foi entre as comunidades piscatórias, também estas com uma secular tradição corporativa, que floresceram as primeiras estruturas organizativas. Em 1851 procurou-se fundar o **Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal**, tendo por fins “[...] dar socorros nas doenças e convalescenças, suas e das respectivas famílias, fazer empréstimos sobre penhores para conserto e fabrico de embarcações e promover tudo do que possa resultar melhoramento para a classe.” (BAHOP, 1851-1852).⁸

Também em Setúbal, onde os marítimos se organizavam em confrarias desde a medievalidade, “[...] cabia a glória de manter a organização profissional mais unida, com melhor movimento de fundos em Portugal [...]”, como se sublinhava no jornal **O Trabalho**, em 25 de Maio de 1901. Como nas que germinaram na oficina artesanal,

⁷ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Classe dos Tanoeiros de Almada, 1876-1877.

⁸ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo do Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal, 1851-1852.

essas associações reuniam mestres e companhas com os mesmos objectivos e eram caracterizadas pelo paternalismo e a religiosidade.

A autonomização dos trabalhadores: a progressiva superação do paternalismo e do interclassismo

Nas primeiras décadas do século XX, As Associações de Socorros Mútuos, reabilitando e adaptando a herança corporativa, superaram progressivamente alguns dos seus traços mais arcaicos, como o carácter exclusivista, oferecendo ao operariado em formação uma ferramenta fundamental para a organização de uma solidariedade mais alargada. Como foi verificado além-fronteiras, as transformações na organização do trabalho, mesmo no seio do mundo artesanal, induziram também um progressivo recuo no carácter interclassista herdado do Antigo Regime. Essas agremiações, agrupando no seu conjunto milhares de trabalhadores e abrindo gradualmente as suas portas e diversificando os seus propósitos, constituíram o cadinho primordial do movimento organizativo da classe operária.

Na alvorada do movimento, muitas associações de socorros mútuos contaram com o apoio de elementos externos às classes trabalhadoras, usualmente considerados *protectores*. Segundo os estatutos, estes apenas contribuía para a prosperidade da associação, não reivindicando qualquer prestação. Eram recorrentemente louvados pelos corpos directivos e nas assembleias-gerais (BAHOP, 1868-190-?)⁹, e os seus contributos discriminados nos relatórios anuais da associação (BAHOP, 1855-1903).¹⁰

Os seus donativos tiveram um significativo peso nas receitas de sociedades durante os seus primeiros anos. Para a fundação da **Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica**, em 1864, foi contraído um empréstimo a dois notáveis locais. Para além disso, entre as jóias dos sócios fundadores destacavam-se diferentes valores correspondentes a distintos estratos sociais. Serão os credores e os contribuintes com os mais altos valores que dirigirão a

⁹ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Humanitária Barreirense, 1868-190-?.

¹⁰ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos é a Associação Setubalense das Classes Laboriosas, 1855-1903.

sociedade nos seus primeiros anos (ARQUIVO HISTÓRICO DE ALMADA, 1864-1865).¹¹

Entre os sócios protectores desempenhando um significativo papel no progresso do mutualismo destacou-se, em Almada, o industrial Henry Bucknall, cujo contributo foi fundamental para o florescimento de uma das mais importantes associações de socorros mútuos locais, a **Primeiro de Dezembro** (BAHOP, 1882-1904).¹² Alguns empregadores optaram também por apoiar e dirigir caixas de socorros no seio das empresas, no sentido de tutelar a iniciativa dos seus operários. Na Fábrica de Lanifícios da Arrentela foi fundada, em 1883, por iniciativa da gerência, uma **Caixa de Socorros** para seus operários. A sua sede era na própria fábrica.¹³ Entre 1883 e 1885 funcionou ainda a **Caixa de Socorros dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste**, com a tutela da Companhia, sendo a iniciativa de João Pedro Tavares Ribeiro, director da mesma, e a presidência de Miguel Pais, também presidente da companhia (BAHOP, 1883-1885).¹⁴

O desenvolvimento dessas associações tendeu a minimizar o papel de industriais e outros notáveis locais e a importância dos seus contributos (BAHOP, 1882-1904).¹⁵ A quotização dos sócios protectores, relevante nos primeiros anos, deixa gradualmente de surgir nos relatórios de contas (BAHOP, 1858-1904).¹⁶ Por outro lado, a limitação estatutária do papel dos elementos externos às classes trabalhadoras demonstra uma intencional pretensão de garantir a autonomia das mesmas. Na **Associação Setubalense das Classes Laboriosas**, “[...] o número de sócios não operários nunca poderá exceder

¹¹ ARQUIVO HISTÓRICO DE ALMADA. **Associações**. Fundo da Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica. Livros de contas 1864-1865.

¹² BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo da Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro, 1882-1904.

¹³ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo da Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica da Arrentela, 1883-1887.

¹⁴ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo da Caixa de Socorros dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, 1883-1885.

¹⁵ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo da Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro, 1882-1904.

¹⁶ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo do Montepio da Nossa Senhora da Assumpção. Almada, 1856-1904.

um terço dos sócios natos [...]” (BAHOP, 1855-1903).¹⁷ Na **Associação Fraternal dos Operários de Setúbal** estava também estatutariamente consagrado “[...] que os membros de que se compõe tanto a direcção da assembleia-geral como a administração, em tempo algum poderão ser outros que não sejam associados operários ou artistas.” (BAHOP, 1855-1859).¹⁸ Mesmo na **Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica da Arrentela**, os sócios filantrópicos podiam ser eleitos para cargos de direcção, mas nunca mais de dois para a mesma gerência (BAHOP, 1883-1887).¹⁹

Esse processo de exclusão dos empregadores e notáveis foi igualmente polémico, não se chegando a encerrar definitivamente as portas aos elementos estranhos às classes trabalhadoras. Os sindicalistas combateram a tutela patronal nas caixas de socorros dentro das fábricas, procurando integrar os serviços de mutualidade nos sindicatos. Assim argumentavam perante os cerâmicos de Palença: “Dissemos e repetimos: a caixa é de necessidade para os operários; o que porém reveste uma torpe especulação é não a quererem na associação e estarem debaixo da tutela do patrão, quando ao menos na vida associativa podiam estar livres dela.” (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1911, p. 4).²⁰ Assim era na **Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores do Alto Mar Seixalenses**, fundada em 1899. Era a Associação da Classe Piscatória da Vila do Seixal que financiava a sociedade em 40%, sendo o remanescente coberto com o valor das quotizações e juros (BAHOP, 1899-1903).²¹

A autonomização das associações operárias verifica-se ainda no esforço de vincar a fronteira entre o socorro mútuo e a caridade, um sentido de dignidade e auto-suficiência entre os trabalhadores que se manifesta num episódio passado em 1895 entre os soldadores de Setúbal, confrontados com uma grave crise de trabalho, e uma “comissão de senhoras” que instituíra uma “sopa económica”. Segundo **O Distrito** de 3

¹⁷ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos é a Associação Setubalense das Classes Laboriosas, 1855-1903.

¹⁸ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação Fraternal dos Operários de Setúbal, 1855-1859.

¹⁹ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica da Arrentela, 1883-1887.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos.** O Sindicalista em Almada. O Sindicalista, Lisboa, 05/03/1911, p. 4.

²¹ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores do Alto Mar Seixalenses, 1899-1903.

de Fevereiro de 1895, os operários recusaram as 30 senhas oferecidas pela comissão, protestando contra essa forma de socorro e garantindo preferir a fome. Distribuíram inclusive um manifesto contra a caridade.

Essa mesma tendência verifica-se no discurso do Presidente da Associação de Socorros Mútuos em 1º de Dezembro, durante a inauguração solene do seu posto médico, em 1931. “Afirma que o mutualismo foi criado para servir os trabalhadores na doença e na velhice. Refere-se a certas instituições de caridade, organizadas por senhoras aristocráticas para exteriorização muitas vezes da sua vaidade e diz que o próprio trabalhador é que deve encarar e organizar o seu futuro.” (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1931, p. 5).²²

Da comunidade artesanal à comunidade territorial: enraizamento local e alargamento das bases sociais

A evolução desse movimento tendeu a promover organizações mais inclusivas. A superação do estreito corporativismo realizar-se-á, sobretudo, com base na proliferação de associações de base territorial, articulando as solidariedades profissionais de vários sectores. Muito embora fossem ainda fundadas com base em laços de ofício, estas previam que pudessem ser sócios, “[...] quaisquer indivíduos que exercessem ofícios, tanto a jornal, como por empreitada, e bem assim empregados na navegação, na agricultura e em outra qualquer indústria.” (BAHOP, 1855-1859).²³

Esse processo foi, contudo, lento e polémico. Na discussão dos estatutos da Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense, fundada em 1888, a admissão de “todas as classes operárias” é calorosamente discutida pelos “indivíduos das classes de carpinteiros, pedreiros, pintores ou brochantes e canteiros”, que constituíam a base associativa original. O sócio António Henriques da Cruz “não era de opinião a admitir-se todas as classes e as que quisessem juntar-se podiam formar outra associação”, ao passo que João Domingos Gomes de Oliveira defende “[...] as conveniências que proporciona [...]” esse alargamento, bem como “[...] os sentimentos humanitários que devemos possuir para que um dia não vejam um operário jazendo no leito da dor pelo

²² BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. A sessão solene na Associação de Socorros Mútuos. O Almadense, 03/05/1931, p. 5.

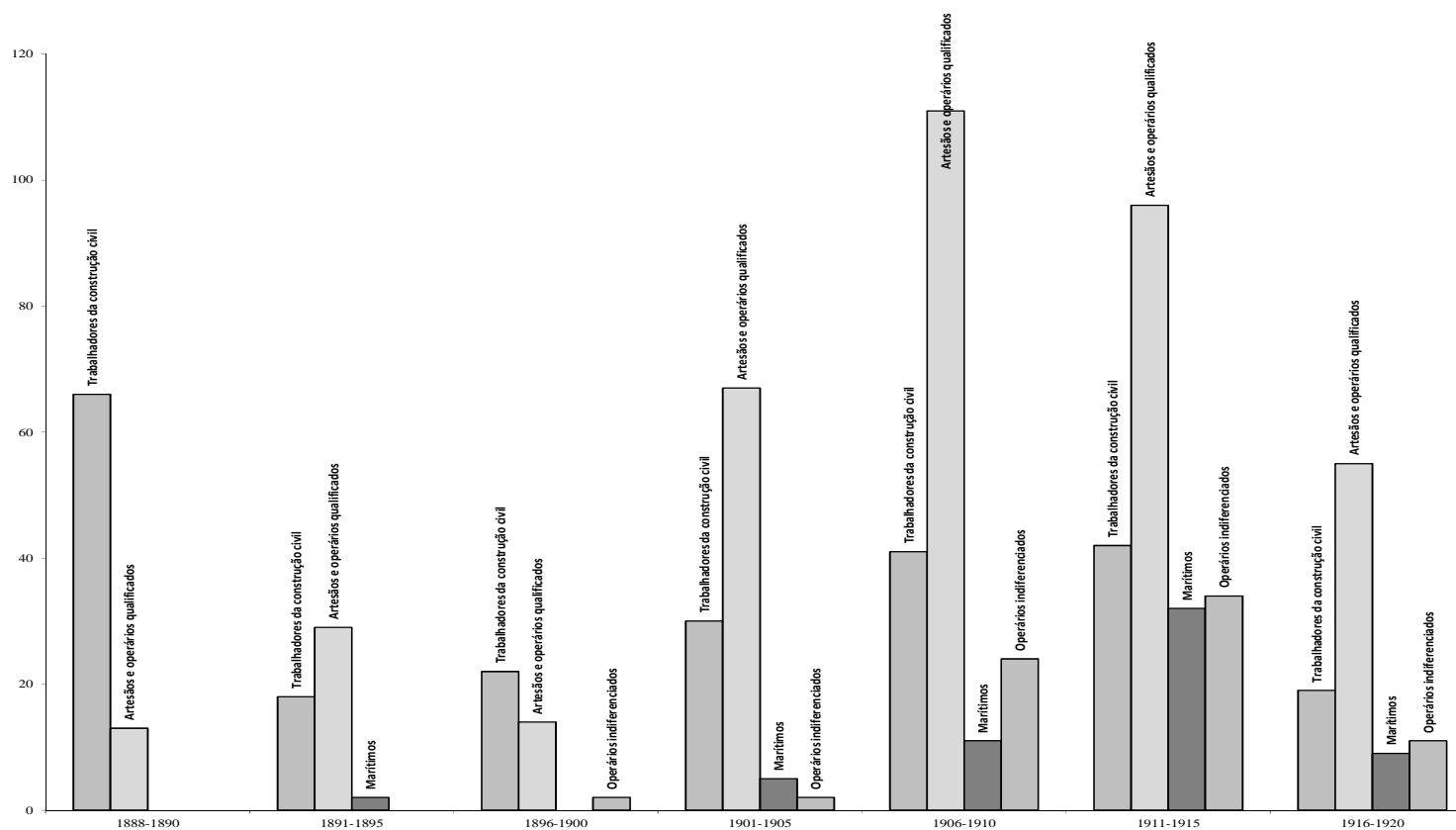
²³ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo da Associação Fraternal dos Operários de Setúbal, 1855-1859.

facto de lhe não ser admissível a entrada na associação.” A admissão na associação de socorros mútuos setubalense de “[...] todas as classes operárias” acabou por ser consagrada estatutariamente por voto maioritário (ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE, 1888).²⁴

Com efeito, a base associativa da associação alargou-se a outras classes profissionais, ao longo dos anos, como é observável no gráfico que se segue, referente aos 869 associados da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, entre 1888 e 1920.

²⁴ ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE. **Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense**, 08/09/1888.

Gráfico 1 – Composição social da base associativa da Associação De Socorros Mútuos Setubalense



Fonte: Elaborado pela autora.

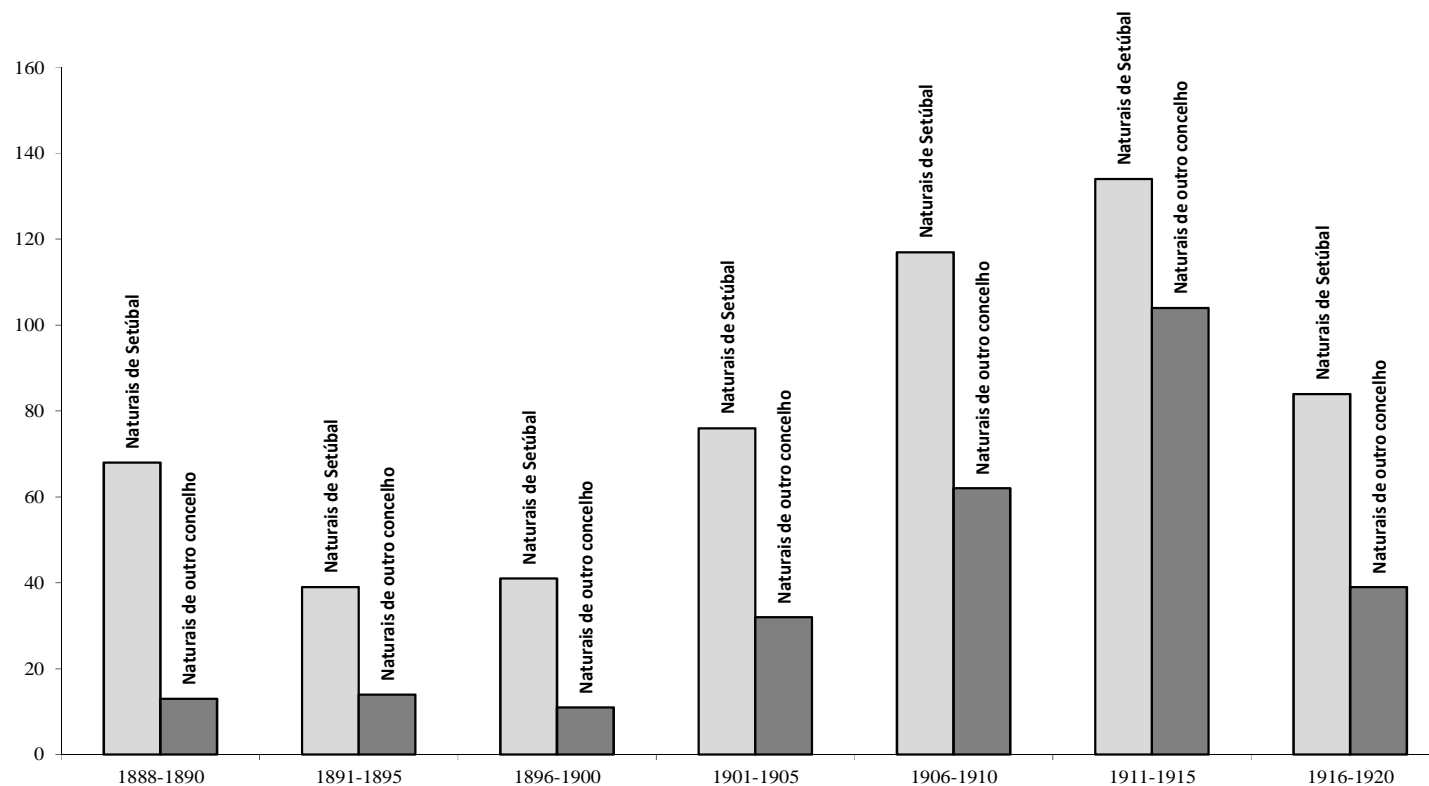
É de destacar que ao longo desse período os trabalhadores ligados ao sector da construção civil – sobretudo carpinteiros e pedreiros –, os impulsionadores da associação, perdem peso, não obstante representando uma percentagem significativa dos associados até 1920. É igualmente notável o papel dos artesãos – sapateiros, alfaiates, carpinteiros navais ou tanoeiros – nos primórdios da associação, chegando a equiparar os primeiros, bem como a evolução entre finais de oitocentos e a primeira década de novecentos, período ao longo do qual o papel dos artesãos decresce face ao espantoso aumento de operários qualificados – soldados, serralheiros ou corticeiros.

É possível ainda observar que é só a partir de meados da primeira década do século XX que os operários indiferenciados e os marítimos começam a partilhar a estrutura organizativa com os estratos supracitados, ainda que sempre em grande desvantagem. Finalmente, destaque-se a crescente participação dos trabalhadores ligados ao comércio e serviços – barbeiros, caixeiros, empregados de escritório –, a partir do mesmo período, chegando a suplantarem os artesãos e os operários da construção civil, responsáveis pela germinação da associação décadas antes.

Poderá finalmente interpretar-se a evolução da composição social da base associativa da Associação de Socorros Mútuos Setubalense à luz do desenvolvimento industrial e urbano, fomentando o crescimento das profissões ligadas à construção civil, ao trabalho industrial, ao comércio e aos serviços. No entanto, é necessário sublinhar que são os trabalhadores especializados, artesanais ou industriais, que lideram o movimento.

A análise das bases sociais da Associação de Socorros Mútuos Setubalense também permite ilustrar a relação entre residência, local de trabalho e especialização profissional. Apesar do crescente peso dos forasteiros entre a população da cidade, são os já longamente integrados nas redes de relação comunitárias que dominam.

**Gráfico 2 - Análise da naturalidade dos sócios da Associação
De Socorros Mútuos Setubalense**



Fonte: Elaborado pela autora.

É de sublinhar, porém, que essa proporção se atenua ao longo da primeira década do século XX e ainda mais nos anos que se seguem à revolução republicana, demonstrando a crescente capacidade de integração das famílias recém-chegadas. Não é de descuidar que, no caso analisado, é entre os trabalhadores qualificados, e nomeadamente os soldadores, serralheiros, entre outros, que essa integração é mais facilitada, demonstrando que nessas classes profissionais os laços de ofício mantinham uma eficácia significativa.

No entanto, era, sobretudo, a integração local que potenciava a expansão das bases sociais dessas associações. A diversificação dos propósitos das associações, entre os quais se destaca a crescente importância dada à instrução, com a abertura de escolas (BAHOP, 1856-1904)²⁵ e cursos nocturnos (BAHOP, 1868-190-?)²⁶, foi particularmente importante na implantação de associações nas comunidades operárias.

Por outro lado, os relatórios de receitas e despesas das associações comprovam que o seu desenvolvimento assentou em alargados laços de solidariedade a nível local. Para os fundos da associação contribuem iniciativas diversas promovidas pelos sócios, bazares, subscrições, lotarias, espectáculos, etc. Esse tipo de iniciativa fomentava um crescente envolvimento das populações na actividade associativa, contribuindo para a integração dos diferentes estratos das classes trabalhadoras nas estruturas desenvolvidas em meio artesanal.

Se o enraizamento comunitário promovia a superação do corporativismo, a articulação de sociedades de previdência com outras formas de associação operária tendia a reforçar os laços criados entre as classes trabalhadoras. Em Janeiro de 1893, foi apresentado um requerimento na assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense propondo que se instalasse na sua sede a Filarmónica operária. O primeiro secretário, usando da palavra, afirmou que

[...] filosoficamente não podia deixar de a defender porque os fins das associações operárias de qualquer espécie, não eram tão-somente os especificados nos estatutos delas mas também um fim mais nobre e altruísta que era o de aproximar os operários entre si, congregando natural e evolutivamente as forças do proletariado. Se para este fim se criavam associações, formadas da união de homens um a um mais avante iremos, congregando na mesma casa assim amigáveis uniões entre grupos [...] um

²⁵ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo do Montepio da Nossa Senhora da Assumpção. Almada, 1856-1904.

²⁶ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Humanitária Barreirense, 1868-190-?.

passo na grandiosa evolução social, nosso pão de amanhã. (ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE, 1893).²⁷

A assumpção de diferentes funções, nomeadamente recreativas, também facilitava a integração comunitária das mutualidades. Em alguns casos, como a **Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica**, o mutualismo surge mesmo com um papel secundário nos objectivos da associação. De facto, os primeiros investimentos dessa associação foram a compra de instrumentos, a contratação de um mestre de música e a armação de um coreto no Porto Brandão. Só depois se criou a escrituração do montepio e se contratou um médico-cirurgião (ARQUIVO HISTÓRICO DE ALMADA, 1864-1865).²⁸

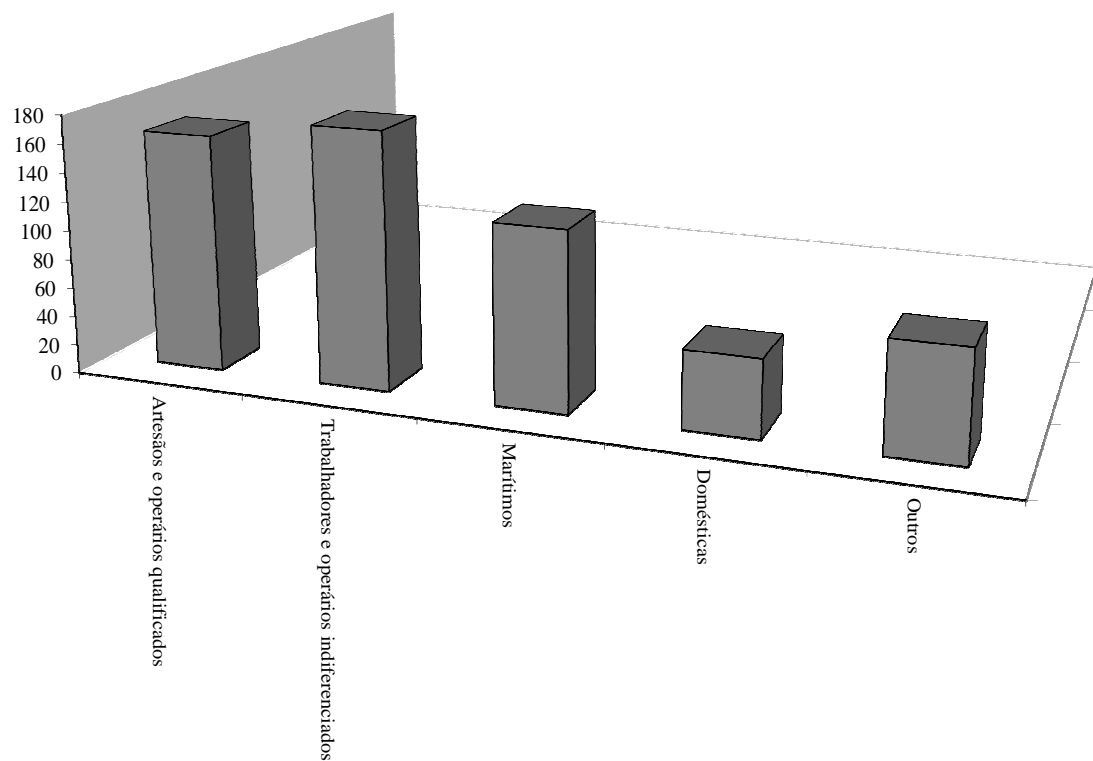
Finalmente, ainda no que se refere aos factores de inclusão, é de referir que a escala e a homogeneidade social das comunidades locais foram igualmente estruturantes, como ilustram os casos de estudo das duas associações fundadas nos pequenos aglomerados do concelho do Seixal. No **Montepio de Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal** ou **Associação de Socorros mútuos aliança Operária e piscatória da vila do Seixal**, fundada em 1873, admitia-se sócios de ambos os sexos, exigindo-se apenas que os sócios tivessem boa reputação moral e civil, robustez e profissão reconhecida.²⁹ As listas de sócios conservadas, correspondentes aos anos entre 1873 e 1896, demonstram como essas associações agregaram artesãos, operários qualificados e indiferenciados e outros estratos das classes populares como caixeiros, empregados e pequenos proprietários.

²⁷ ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE. **Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense**, 23/01/1893.

²⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DE ALMADA. Fundo da Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica, 1864-1865.

²⁹ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo do Montepio de Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal, 1873-1903.

Gráfico 3 – Composição social dos sócios da Associação De Socorros Mútuos Aliança Operária e Piscatória Da Vila Do Seixal (1873-1896)

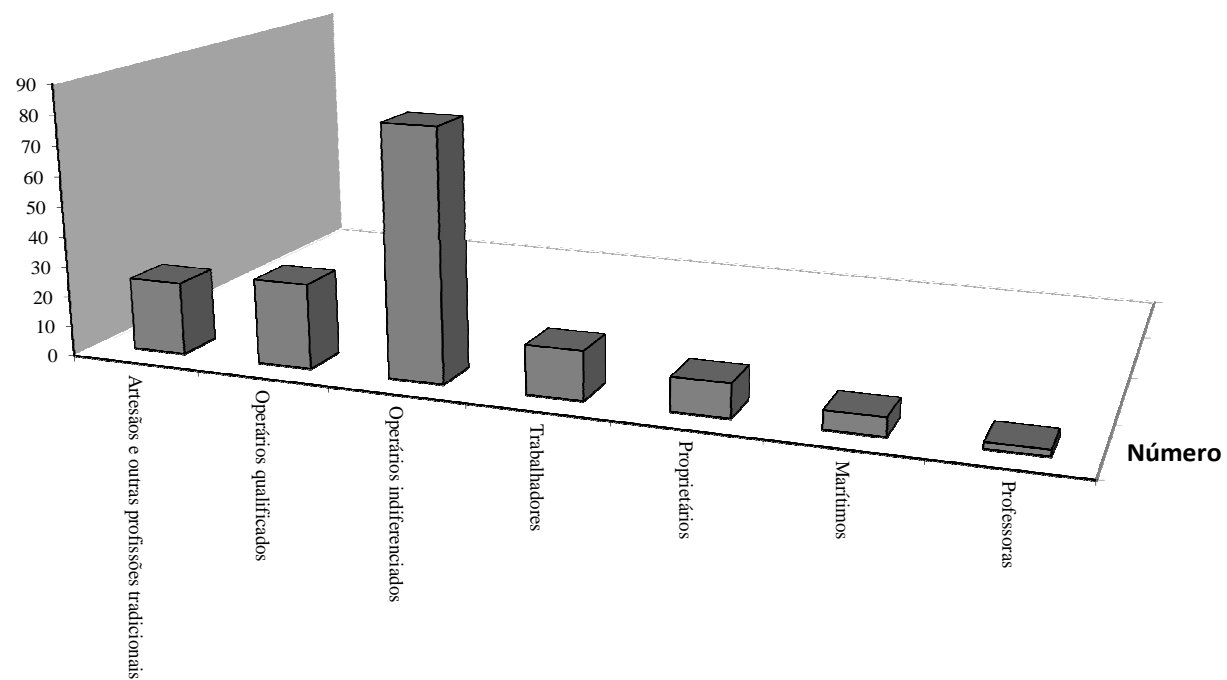


Fonte: Elaborado pela autora.

Esses exemplos demonstram que, com base em solidariedades enraizadas nos espaços residenciais, os estratos mais baixos das classes trabalhadoras viram na associação e na ajuda mútua uma forma eficaz de defender os seus interesses, em aliança com elementos mais bem posicionados na pirâmide social. Foi o caso do operário da fábrica de lanifícios que, em conjunto com um vendedor de lenha e um pequeno fazendeiro, apresentaram o projecto de estatutos do **Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela** (ARQUIVO MUNICIPAL DO SEIXAL, 1882).³⁰ Segundo as listas de sócios do mesmo, porém, fica claro que foram as profissões ligadas à indústria aquelas que maior adesão deram ao movimento. Em 1882, o Montepio supracitado agrupava uma esmagadora maioria de operários, na sua maior parte indiferenciados, o que reflectia a estrutura social do povoado.

³⁰ ARQUIVO MUNICIPAL DO SEIXAL. **Associações**. Fundo do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela. Livro de sócios do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela, 1882.

Gráfico 4 – Análise da composição social do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela



Fonte: Elaborado pela autora.

O gênero como factor de exclusão: a parcial integração das mulheres trabalhadoras

A par desses factores agregadores, verificaram-se outros que, pelo contrário, limitaram uma mais ampla solidariedade entre os trabalhadores, entre os quais se destaca o género. A exclusão das mulheres era já uma realidade nas antigas confrarias. Embora houvesse sempre a preocupação de minorar as dificuldades por que passavam as dependentes dos confrades, as suas esposas não eram aceites como membros de pleno direito (PENTEADO, 1995). Nas associações de socorros mútuos, a participação efectiva das mulheres foi também muito reduzida.

De facto, a divisão sexual do trabalho e o modelo de economia doméstica dominante e incentivado por empregadores e Estado, nos quais a mulher, os menores e o seu trabalho assumem um papel subordinado e complementar, reflectem-se na organização dessas associações. O **Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal** é o único caso analisado onde entre os fundadores se encontram mulheres, quatro num total de 34 pessoas. No entanto, a divisão sexual do trabalho e a economia familiar continuam a determinar a hierarquização dos sócios: “Os facultativos inscreverão em cada receita o grau de parentesco de cada doente e a sua dependência do chefe de família e o nome da embarcação a que pertence.” (BAHOP, 1851-1852).³¹ Na **Associação Marítima de Socorros Mútuos dos Pescadores de Anzol de Setúbal**, fundada em 1896, é determinado estatutariamente que os socorros se destinem aos sócios e respectiva família – a mulher legítima, os filhos menores até à idade de 15 anos e as filhas solteiras quando vivam com o sócio ou, no caso de o sócio ser solteiro, a mãe, irmãos menores e irmãs solteiras (BAHOP, 1897-1898).³²

De facto, os socorros mútuos, que começaram por se destinar prioritariamente aos chefes de família quando impossibilitados de trabalhar por motivo de doença, tinham como função primordial garantir o sustento dos seus dependentes. As mais antigas associações eram desde logo destinadas ao “infeliz operário” para minorar os

³¹ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo do Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal, 1851-1852.

³² BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação Marítima de Socorros Mútuos dos Pescadores de Anzol de Setúbal, 1897-1898.

[...] seus padecimentos, é por assim dizer uma ajuda de custo para reunir às faltas de sua família, que (permita-se-nos a expressão), adoece com o seu chefe, e morre quando ele morre! Tal é a desgraçada sorte da classe operária! É a esta classe a quem as associações convêm. (BAHOP, 1855-1903).³³

Não obstante, as mulheres trabalhadoras eram também beneficiárias da entreajuda organizada nos locais de trabalho. Na fábrica **Symington**, em Cacilhas, as

[...] mulheres trabalham de empreitada esforçando-se estas desgraçadas o mais possível para ganhar mais alguma coisa; mas infelizmente nem o salário de jornal tiram. Se por acaso se aleijam são os operários que as socorrem por meio de subscrições. (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1911, p. 1).³⁴

Foi igualmente fora dos locais de trabalho e em associações mais enraizadas nas comunidades de residência que se começou a assistir a uma maior participação feminina no movimento. Essa correspondência não pode ser desligada do papel das mulheres na gestão das redes locais de solidariedade. As estruturas de base territorial e não profissional desempenharão um importante papel integrador. As primeiras experiências, contudo, mostram como a transição da tradição corporativa para o associativismo moderno “de porta aberta” foi um processo lento e difícil, dando lugar até a assinaláveis retrocessos.

O **Montepio de Nossa Senhora da Assumpção**, fundado na vila de Almada em 1858, tinha uma base local e não excluía estatutariamente as mulheres. Começou por admitir sócios de ambos os sexos, muito embora fosse negado às mulheres o acesso a cargos directivos e o direito ao voto em assembleia-geral. Em 1860, essa associação era composta por 118 sócios efectivos dos quais apenas nove eram do sexo feminino. Quando, em 1882, são reformados os estatutos, as mulheres são excluídas da associação. Também na **Associação de Socorros Mútuos Humanitária do Barreiro**, os estatutos são alterados em 1879 no sentido de impedir a filiação de mulheres. Em 1880, antes dessa reformulação, dos 560 sócios contavam-se apenas 15 mulheres inscritas (BAHOP, 1868-190-?).³⁵

³³ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos é a Associação Setubalense das Classes Laboriosas, 1855-1903.

³⁴ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos.** Cacilhas: Symington. O Corticeiro, 26/08/1911, p. 1.

³⁵ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Humanitária Barreirense, 1868-190-?.

Só muito lentamente, e sem negar a estrutura familiar tradicional, a mulher trabalhadora não casada começa a assumir um papel independente no associativismo. Na **Associação de Socorros Mútuos União Capariquense**, fundada em 1898, os sócios eram divididos por classes, a primeira correspondendo aos chefes de família e a segunda aos “indivíduos de ambos os sexos que não tenham constituído família e aos filhos dos sócios com mais de 18 anos”. Essa associação prevê a filiação de todo o agregado familiar, considerando “os dois conjugues e os filhos”, mas também as mulheres não casadas, que podiam participar nas assembleias-gerais (BAHOP, 1898-1903).³⁶

No **Montepio de Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal** ou **Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal** era permitido às viúvas dos sócios inscreverem-se, tendo “desde logo direito a socorros”. Perdiam esse direito logo que passassem “a segundas núpcias”. Se o sócio falecesse solteiro, ficaria a sua mãe com as mesmas vantagens da viúva. Num total de 602 sócios discriminados entre 1873 e 1896 contam-se 57 mulheres, em que apenas quatro declaram uma profissão diferente de doméstica – uma criada, uma operária, uma lavadeira e uma tecedeira.

Eram, sobretudo, os homens que se beneficiavam quer dos subsídios, quer dos medicamentos disponibilizados pelas associações de socorros mútuos (BAHOP, 1866-1872).³⁷ É de destacar, contudo, que progressivamente a percentagem das despesas com sócios do sexo feminino assume uma proporção significativa (BAHOP, 1873-1903).³⁸ Algumas associações passam inclusive a prever os socorros durante a convalescença do parto. Em 1931, no 48º aniversário da **Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro**, em Almada, o presidente sublinha “[...] além do subsídio de doença, inabilidade e funeral, garante-se à mulher mutualista o subsídio de parto, que constitui um verdadeiro dote social no momento em que cumpre a sua mais augusta missão

³⁶ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo da Associação de Socorros Mútuos União Capariquense, 1898-1903.

³⁷ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela, 1866-1872.

³⁸ BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria**. Processo do Montepio de Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal, 1873-1903.

individual: *Ser Mãe.*” (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1931, p. 2 – grifos no original).³⁹

Considerações finais

No seu período de emergência, o mutualismo, a forma de organização primordial dos trabalhadores durante o regime liberal, caracteriza-se pela continuidade face às organizações corporativas do trabalho artesanal. Destacam-se, numa primeira fase, as hierarquias ainda presentes nas oficinas e também nas unidades de produção de média e grande dimensão que não as destruíram de imediato. A burguesia liberal e o patronato, com o apoio do Estado através de legislação reguladora, procuraram perpetuar o carácter interclassista das associações de socorros mútuos, conferindo-lhes um carácter moderado e previdencial contra o esforço dos trabalhadores de utilizá-las como forma de controle do mercado de trabalho, num período em que o processo produtivo era cada vez mais disciplinado pelos industriais.

Nas mais antigas associações, genericamente de base profissional, era negada a participação activa ao proletariado fabril. Os trabalhadores indiferenciados – mulheres e menores –, que era ainda a base dessas organizações, não tinham um ofício e eram encarados como dependentes do **chefe de família**. Como membros de um agregado familiar, eles beneficiaram-se de subsídios, na doença ou invalidez, e do fornecimento de medicamentos, não podendo, todavia, filiar-se nas associações de socorros mútuos sem autorização do pai ou marido nem participarem das assembleias-gerais. Paulatinamente, as trabalhadoras não casadas e as viúvas foram sendo reconhecidas como sócias de plenos direitos.

Ao longo do período em análise, o desenvolvimento do sistema fabril e da nova organização do trabalho enfraqueceu as estratégias seculares dos artesãos, precursores do movimento mutualista. A morosidade desse processo, na Europa Meridional, permitiu a adaptação das primeiras estruturas organizativas tendente a enquadrar uma mais alargada base social. O progressivo alargamento a trabalhadores indiferenciados, num período em que a estratificação da classe operária é ainda muito acentuada, é perceptível, sobretudo, no quadro da coesão social dos bairros operários em germinação e nas solidariedades informais que os atravessavam.

³⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Comemora-se hoje o 48º aniversário da Associação de S.M. Primeiro de Dezembro. O Almadense, 20/11/1931, p. 2.

De facto, foi, especificamente, nas associações de socorros mútuos com uma base territorial e não profissional que ingressaram os novos contingentes de trabalhadores das fábricas. Facilitando essa gradual integração, actuava um profundo enraizamento dessas estruturas entre as comunidades residenciais, garantido pela diversidade de funções que assumiam, nomeadamente culturais e recreativas, e pela articulação das suas iniciativas com outras colectividades locais. A expansão das bases associativas permitiu progressivamente abdicar do apoio financeiro do patronato e outros notáveis locais, como foi comprovado além-fronteiras e igualmente nos relatórios de contas das sociedades da Península de Setúbal.

Muito embora a superação do corporativismo e do inter-classismo não seja completa nem generalizável, é indiscutível que através das associações de socorros mútuos desenvolveram-se novos valores – o ingresso voluntário ou a gestão democrática –, bem como inéditas solidariedades horizontais – através da evacuação dos empregadores e de um progressivo esbatimento das hierarquias entre os trabalhadores. Tal evolução induziu a proliferação de outras formas de associação mais inclusivas, como as cooperativas, e com um maior pendor classista e reivindicativo, como as associações de classe, potenciando a emergência do movimento organizado dos trabalhadores.

Em suma, poderá argumentar-se que As Associações de Socorros Mútuos expressam a resiliência dos repertórios de acção colectiva institucionalmente organizados, no sentido em que resgatam as práticas de entreajuda desestruturadas pelas revoluções liberais e, através de um movimento de base, transportam o capital social e a experiência de organização até ao alvorecer da modernidade.

Institutions for collective action in a historical perspective: mutual-aid in the Lisbon industrial suburbs (1890-1930)

Abstract

This article analyses the evolution of the first typology of **institutions for collective action** (OSTROM, 1990) to proliferate in Portugal during the liberal period. The mutual-aid associations have achieved the highest number of members and have also determined the most significant impacts in the historical process. Based on the Lisbon's industrial suburbs case study, this text illustrates in detail how they emerge from ancestral craft ties and progress to overcome the primordial corporatism, paternalism and inter-classism. It highlights the broadening of their social bases and the factors of inclusion and exclusion, as well as the local roots and poor integration of women, respectively. It finally underlines the importance of this movement in the reorganization and formalization of ancient practices of mutual aid and the development of more comprehensive horizontal solidarity between working class communities, playing a key role in the emergence of the organized labour movement.

Keywords: Mutual-aid Movement; Corporative legacy; Working-class communities; Social Bases; Labour movement.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO DE ALMADA. **Associações**. Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica. Livros de contas 1864-1865.

ARQUIVO MUNICIPAL DO SEIXAL. **Associações**. Fundo do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela. Livros de sócios da Associação de Socorros mútuos aliança Operária e Piscatória da Vila do Seixal, 1873 e 1896.

ARQUIVO MUNICIPAL DO SEIXAL. **Associações**. Fundo do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela. Livro de sócios do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela, 1882.

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE. **Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense**, 08/09/1888.

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE. **Livros de sócios da Associação de Socorros Mútuos Setubalense**, 1888-1920.

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE. **Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense**, 23/01/1893.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Classe dos Tanoeiros de Almada, 1876-1877.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Humanitária Barreirense, 1868-190-?.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores do Alto Mar Seixalenses, 1899-1903.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos é a Associação Setubalense das Classes Laboriosas, 1855-1903.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos Fraternidade Barreirense, 1898-1904.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro, 1882-1904.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos Setubalense das Classes Laboriosas, 1855-1903.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação de Socorros Mútuos União Capariquense, 1898-1903.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação dos Artistas Almadense, 1856.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação dos operários da Cortiça e Artes Correlativas 1º de Dezembro, 1884-1885.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação Fraternal dos Operários de Setúbal, 1855-1859.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação Humanitária do Pessoal dos Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo, 1871-1872.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Associação Marítima de Socorros Mútuos dos Pescadores de Anzol de Setúbal, 1897-1898.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Caixa de Socorros dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, 1883-1885.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo da Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica da Arrentela, 1883-1887.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo do Montepio da Nossa Senhora da Assumpção. Almada, 1856-1904.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela, 1866-1872.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo do Montepio de Nossa Senhora do Monte da Caparica. Caparica, 1864-1902.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo do Montepio de Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal, 1873-1903.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS. **Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Indústria.** Processo do Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal, 1851-1852.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos.** A sessão solene na Associação de Socorros Mútuos. O Almadense, 03/05/1931, p. 5.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos.** Agradecimento à Classe dos Soldadores. O Distrito, 24/10/1897, p. 1.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos.** Benefício. Germinal, 23/04/1905, p. 2.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos.** Cacilhas: Symington. O Corticeiro, 26/08/1911, p. 1.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos.** Comemora-se hoje o 48º aniversário da Associação de S.M. Primeiro de Dezembro. O Almadense, 20/11/1931, p. 2.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos.** Nova Associação. O Distrito, 08/05/1892, p. 2.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. O Sindicalista em Almada. O Sindicalista, Lisboa, 05/03/1911, p. 4.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Padeiros. O Distrito, 08/04/1897, p. 1.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Editorial. O Distrito, 03/02/1895, p. 2.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Editorial. O Elmano, 19/04/1899, p. 3.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Editorial. O Trabalho, Setúbal, 10/12/1911, p. 3.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Editorial. O Trabalho, Setúbal, 10/07/1904, p. 3.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Editorial: Bando Precatório. O Trabalho, Setúbal, 20/04/1913, p. 3.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Editorial. O Trabalho, Setúbal, 25/05/1901, p. 2.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Resposta da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Boletim do Trabalho Industrial, n. 49, 1910, p. 102.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Colecção de periódicos**. Resposta da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Boletim do Trabalho Industrial, n. 49, 1910, p. 642.

Fontes secundárias

AGULHON, Maurice; BODIGUEL, Maryvonne. **Les Associations au Village**. Le Paradou: Actes Sud, 1984.

AMINZADE, Ronald. The transformation of Social Solidarities in Nineteenth-Century Toulouse. In: MERRIMAN, John M. (Dir.). **Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe**. Teaneck: Holmes & Meier Publishers, 1979, p. 85-106.

BONACCHI, Gabriella; PESCAROLO, Alessandra. Cultura della comunità e cultura del mestiere alle origini della resistenza proletária italiana. **Movimento Operaio e Socialista**, Genova, n. 1, p. 37-48, gen.-mar. 1980.

BRÁS, Rui Manuel. **Formas institucionais e sistemas de valores**: as associações de sapateiros de Lisboa – da segunda metade do século XIX ao Estado Novo. 1996. Dissertação (Mestrado) – ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

BREUILLY, John. **Labour and Liberalism in nineteenth Europe**: essays in comparative history. Manchester: Manchester University Press, 1994.

DE MOOR, Tine. **Homo Cooperans: Institutions for Collective Action and the Compassionate Society**. Utrecht: Univertiteit Utrecht, 2013.

LEQUIN, Yves. **La formation de la classe ouvrière régionale**: les Ouvriers de la région lyonnaise (1848-1914). Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1977.

LEQUIN, Yves. Le citadins, les classes et le lutes sociales. In: DUBY, Georges, AGULHON, Maurice (Dir.). **La ville de l'âge industriel**: le cycle haussmannien. Paris: Editions Seuil, 1983. p. 471-560. (Histoire de la France Urbaine, vol. IV).

MAILLARI, Maria Teresa (Coord.). **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. Firenze: Leo S. Olschki, 1990.

MARUCCO, Dora. Iniciativa Pubblica e associazionismo operaio. In: MAILLARI, Maria Teresa (Coord.). **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. Firenze: Leo S. Olschki, 1990.

OLIVEIRA, César. **O socialismo em Portugal**: 1850-1900. Porto: C. Oliveira, 1973.

PENTEADO, Pedro. **Confrarias portuguesas da época moderna**: problemas, resultados e tendências da investigação. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 1995.

PEREIRA, José Pacheco. A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870). **Análise Social**, n. 65, p.135-151, 1981.

RALLE, Michel. Un socialisme des métiers?. In: MAURICE, Jacques (Coord.). **People, mouvement ouvrier, culture dans L'Espagne contemporaine**: cultures populaires, ouvrières en Espagne de 1840 à 1936. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 1990. p. 169-178.

ROBOTTI, Diego. Associativismo professionale Torinese. In: MAILLARI, Maria Teresa (Coord.). **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. Firenze: Leo S. Olschki, 1990.

ROSENDON, Vasco. **Mutualismo em Portugal**: dois séculos de história e suas origens. [Lisboa]: Montepio Geral, D.L. 1996.

ROTBERG, Robert I. **Patterns of social capital**: stability and change in historical perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SARAIVA, Ana Paula Rocha da Costa. **Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX**. 2011. Dissertação (Mestrado) – ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

TOMASSINI, Luigi. L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale. In: MUSSO, Stefano (Ed.). Tra fabbrica e società: mondi operai nell'Italia del Novecento, **Annali della Fondazione Feltrinelli**, v. 33, p.3-42, mar. 1999.

TURNER, Patricia R. Hostile Participants? Working-Class Militancy, Associational Life, and the Distinctiveness of Pre-War French Labor Movement. **The Journal of Modern History**, 71(1), p.28-55, mar. 1999.

URÍA, Jorge. Em torno das comunicaciones presentadas: Asociacionismo. In: LEGARDA, José María Ortiz de Orruño; ALONSO, Santiago Castillo (Coord.). Estado, protesta y movimientos sociales. **Actas del III Congreso de Historia Social de España**: Vitoria-Gasteiz, julio de 1997. Bilbao: Universidad del País Vasco, Servicio de Publicaciones, 1998.

Recebido em novembro de 2014.
Aprovado em fevereiro de 2015.